

#### Por Estadão Conteúdo

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira, 25, que não se opõe em devolver o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da Economia. O órgão pertencia ao então Ministério da Fazenda e, com a Medida Provisória 870, que reduziu o número de ministérios do governo, passou a estar subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, comandado por Sérgio Moro. O Coaf era um dos pedidos de Moro para assumir a Pasta.

Em café da manhã com jornalistas, para o qual o jornal O Estado de S. Paulo foi convidado, Bolsonaro disse que está preocupado com a prazo de votação da Medida Provisória, que está perto de caducar. A MP vence em 3 de junho. Em conversa com o senador Fernando Bezerra Coelho, que é o relator da MP, Bolsonaro diz ter ouvido o relato de que havia alguns problemas na matéria, entre eles essa mudança do Coaf para a Justiça.

"Não me oponho em voltar o Coaf para o Ministério da Economia, apesar do Paulo Guedes estar com muita coisa. Falei hoje com o Fernando Bezerra sobre o assunto. Tem um ponto ou outro. Se não aprovar será uma bagunça. Teremos que ter mais sete ministros", afirmou o presidente, sugerindo que a consequência disso será do Congresso.

A medida, um dos primeiros atos do governo, diminuiu o número de ministérios de 29 para 22 e reorganizou as atribuições do Executivo.

Com a MP, as funções do Coaf foram mantidas. O órgão tem como principal função examinar e identificar possíveis práticas relacionadas à lavagem de dinheiro, corrupção e financiamento do terrorismo, alertando as autoridades competentes por meio de relatórios.

O Coaf ganhou destaque no noticiário nos últimos meses após apontar transferências atípicas de recursos por parte de Fabrício Queiroz, um ex-assessor de Flávio Bolsonaro, filho do presidente.

**Fonte:** [Estado de Minas](#), em 25.04.2019.